



TERRITÓRIO EM DISPUTA: O CASO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA REGIÃO INSULAR DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA (ST-10)

Fernanda Manuela Carvalho da Silva Santos

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/UFPA | frndasantos@gmail.com

Msc. Kamila Diniz Oliveira

Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPA | kamiladinizoliveira@gmail.com

Ana Cláudia Duarte Cardoso, PhD

Docente do PPGAU e FAU/UFPA | aclaudiacardoso@gmail.com

Sessão Temática ST-10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito.

Resumo: A pesquisa sobre o urbano amazônico levou à constatação de que as cidades não são sua principal manifestação; elas foram apoiadas por redes de localidades, vilas e comunidades, articuladas entre rios, cidades e florestas. No entanto, o processo de integração da Amazônia ao restante do país introduziu uma nova concepção territorial baseada nas dicotomias urbano e rural. A política desenvolvimentista de colonização brasileira na Amazônia teve o intuito de explorar recursos naturais e transformou o modo de vida local, impondo a concepção de cidade moderna. Este artigo tem como objetivo caracterizar a produção do espaço que resiste às extrapolações da lógica metropolitana para além dos limites da cidade, que instrumentaliza a lógica urbano industrial, e toma como estudo de caso da rede de comunidades ribeirinhas das ilhas Xingu e Capim, na região insular do município de Abaetetuba (PA), as quais sofrem ameaças à manutenção do seu modo de vida. As comunidades apresentam uma lógica de apropriação do território que caracteriza um urbano nativo próprio da Amazônia.

Palavras-chave: comunidades tradicionais amazônicas; urbano na floresta; território em disputa; rede de comunidades

TERRITORY IN DISPUTE: THE CASE OF RIVERSIDE COMMUNITIES IN THE INSULAR REGION OF THE MUNICIPALITY OF ABAETETUBA/PA

Abstract: Research into the Amazonian urban has led to the realization that cities are not its main manifestation; they have been supported by networks of localities, villages and communities, articulated between rivers, cities and forests. However, the process of integrating the Amazon into the rest of the country introduced a new territorial conception based on the dichotomy of urban and rural. The development policy of Brazilian colonization in the Amazon was aimed at exploiting natural resources and transformed the local way of life, imposing the concept of the modern city. This article aims to characterize the production of space that resists the extrapolations of metropolitan logic beyond the limits of the city, which instrumentalizes urban-industrial logic, and takes as its case study the network of riverside communities of the Xingu and Capim islands, in the insular region of the municipality of Abaetetuba (PA), which suffer threats to the maintenance of their way of life. The communities have a logic of territorial appropriation that characterizes a native Amazonian urbanism.

Keywords: traditional Amazonian communities; urban in the forest; disputed territory; network of communities

TERRITORIO EM DISPUTA: EL CASO DE LAS COMUNIDADES RIBEREÑAS DE LA REGIÓN INSULAR DEL MUNICIPIO DE ABAETETUBA/PA

Resumen: Las investigaciones sobre lo urbano amazónico han permitido comprender que las ciudades no son su principal manifestación, sino que se han apoyado en redes de localidades, pueblos y comunidades, articuladas entre ríos, ciudades y bosques. Sin embargo, el proceso de integración de la Amazonia en el resto del país introdujo una nueva concepción territorial basada en dicotomías urbanas y rurales. La política de desarrollo de la colonización brasileña en la Amazonia tuvo como objetivo la explotación de los recursos naturales y transform el modo de vida local, imponiendo el concepto de ciudad moderna. Este artículo pretende caracterizar la producción de un espacio que resiste a las extrapolaciones de la lógica metropolitana más allá de los límites de la ciudad, que instrumentaliza la lógica urbano-industrial, y toma como caso de estudio la red de comunidades ribereñas de las islas Xingu y Capim, en la región insular del municipio de Abaetetuba (PA), que ven amenazado el mantenimiento de su modo de vida. Las comunidades tienen una lógica de apropiación territorial que caracteriza un urbanismo nativo amazónico.

Palabras clave: comunidades tradicionales amazónicas; urbano en la selva; territorio en disputa; red de comunidades

INTRODUÇÃO

A história da região amazônica é marcada pela disputa entre duas concepções de mundo, uma construída pela ideia de explorar os recursos naturais, modernizar e desenvolver a região, e outra ligada à manutenção dos ecossistemas estruturados em uma rede de comunidades tradicionais. As ações políticas, principalmente a partir da década de 1970, privilegiaram projetos de exploração, ou seja, atividades econômicas que fornecem aos municípios recursos financeiros que elevem o PIB, mas causam problemas socioambientais para a população local.

Belém, a capital paraense, não se tornou uma cidade industrial como aconteceu em outras capitais do Brasil, mas alguns municípios da sua região metropolitana passaram por processos que incentivaram a instalação de diversas empresas de exploração dos recursos naturais, conformando uma industrialização muito peculiar, como foi o caso do município de Barcarena. Justificadas pelo desenvolvimento econômico, essas transformações no espaço não levaram em consideração o modo de vida das comunidades tradicionais, que habitavam os lugares de interesse para instalação das plantas industriais e para localização de estruturas logísticas e plantas da indústria extrativa voltada para exportação. Mesmo que o processo de licenciamento para a implantação dessa logística tenha sido melhor regulado, como o Quadro 1 mostra para o caso do licenciamento de portos, historicamente, as comunidades foram excluídas do processo de tomada de decisão e são invisibilizadas nos relatórios ambientais apresentados pelas companhias.

QUADRO 1 - FLUXO DE LICENCIAMENTO DE GRANDES PORTOS

Competências de regular a construção de portos: Ibama e Conama, por meio dos arts. 8, 10 e 11 da PNMA; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Processo de licenciamento de portos é iniciado quando o empreendedor protocola o pedido de licença prévia no órgão ambiental, via de regra em um Órgão Estadual de Meio Ambiente. Se a área afeta uma APA, o Órgão Instituidor da APA deverá ser consultado no processo de licenciamento ambiental. Se a obra/projeto for em um rio federal, o processo de licenciamento será responsabilidade do IBAMA. Se o empreendimento afeta "várias comunidades", é necessária a realização de uma audiência pública (que poderá ser solicitada pelo MP ou mais de 50 pessoas, e deverá ser financiada pelo empreendedor). Se uma das comunidades for indígena, a FUNAI deverá ser consultada no processo. O Empreendedor deverá submeter ao Órgão Ambiental um EIA até a emissão da Licença Prévia. E durante as audiências públicas deverá apresentar um RIMA aos interessados/afetados pelo Empreendimento. Os projetos do empreendedor devem ter ART e RRT (quando for o caso de RRT). O EIA/RIMA é custeado pelo empreendedor e elaborado por equipe multidisciplinar independente (ou seja, que não sejam funcionários dele). Se o empreendimento afetar uma APA Federal o ICMBio deverá ser consultado. Se afetar um Parque Municipal, o Município será consultado; e se não tiver órgão competente, transferirá suas competências para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS

O paradigma da metrópole industrial difundido no século XX tomou a modificação do espaço pelo capital como algo necessário e desejável, mesmo em ambientes já ocupados por populações que eram capazes de conviver com os ecossistemas em que estavam inseridas. Na regra geral, os danos causados pelas atividades da indústria extrativa, associados à contaminação dos rios com dejetos e óleo de grandes embarcações, provocam alteração na

quantidade e espécies de peixes afetando as comunidades extrativistas, que dependem da natureza para manutenção dos seus modos de vida, e têm interesse na preservação da floresta. Este artigo procura caracterizar um processo pouco percebido de como se dá a expulsão dessas comunidades para a conversão e liberação dos seus territórios à lógica do grande extrativismo dirigido para exportação.

O texto aborda a modernização em curso no município de Barcarena – conhecida como a Chernobyl da Amazônia, em razão do impacto que o rompimento de barragens de rejeitos existentes poderá causar no município – para discutir se no século XXI isto não seria um fator de atraso para a região, na medida em que destrói o ecossistema e inviabiliza a vida das comunidades que sabem como manejá-lo, agravando a crise climática. Destaca-se que o setor industrial foi induzido e apoiado pelas políticas de desenvolvimento econômico nas três esferas de gestão, enquanto mesmo após as alterações recentes nos protocolos de licenciamento ambiental, há forte assimetria no apoio às comunidades. Em 2023, a região metropolitana incluiu o município de Barcarena, em reconhecimento ao dinamismo econômico que as indústrias extrativas promovem, entretanto, sem a contrapartida da universalização de direitos e cidadania, o que ocorre é uma tendência de perda da qualidade de vida da população local, até o ponto de sua desterritorialização.

Espera-se favorecer o reconhecimento desse processo, que ocorre na periferia desses pólos industriais e afeta as populações dos municípios de Barcarena e de Abaetetuba, vizinho ao primeiro e que absorveu a migração de pessoas que buscam as posições de menor qualificação nas empresas. O artigo apresenta estudo de caso para revelar o outro lado da disputa, e recorre à caracterização da produção do espaço insular, que resiste às extrapolações da lógica metropolitana; mais especificamente, contrapondo a logística de transporte, parques industriais e estruturas para acomodação de rejeitos que instrumentalizam a lógica urbano industrial, à rede de comunidades ribeirinhas existente nas ilhas Xingu e Capim, na região insular do município de Abaetetuba (PA), para expor as ameaças que suas comunidades sofrem, de desestruturação do seu modo de vida e de direitos territoriais. As evidências adotadas foram os registros das espacialidades dos processos de transformação e resistência observados em áreas florestadas, mas habitadas, entremeadas de cidades e vilas; relatos, imagens e/ou documentação referente às subdivisões ou conversões de uso observados em vivências nas comunidades, exploram sua inserção nos novos arranjos e escalas (municipal e metropolitana).

O texto está estruturado em duas partes, a primeira evidencia a disputa no território amazônico pela imposição de uma concepção de urbano, onde a cidade metropolitana e políticas desenvolvimentistas são norteadoras. A segunda apresenta o caso das comunidades das Ilhas do Xingu e do Capim em Abaetetuba, que são impactadas diretamente pelas extrapolações da lógica metropolitana de desenvolvimento e resistem às ameaças em seus territórios, sustentadas por microrredes e padrões de ocupação que atendem às complexidades do modo de viver nos municípios da Amazônia.

URBANO (MODERNO) METROPOLITANO X URBANO NA FLORESTA

A urbanização da Amazônia normalmente é contada a partir da colonização europeia, ou entendida a partir das cidades, ou ainda que a produção da rede urbana na região era inédita até o regime militar (Trevisan, 2011). O processo de ocupação da Amazônia é mais antigo e complexo do que o período colonial sugere. Estudos arqueológicos recentes demonstram que, antes da chegada dos europeus, havia uma rede diversa de assentamentos humanos com estruturas políticas e formas de ocupação específicas, que variavam de sociedades simples a complexas, incluindo núcleos urbanos como Santarém (Roosevelt, 2013), Marajó (Schaan, 2011) e Alto Xingu (Heckenberger et al, 2008). Esses assentamentos apresentaram dinâmicas próprias de crescimento populacional e poder político, com orientações políticas, redes de comércio e tradições artísticas específicas (Lopes, 2017). No Alto Xingu, os estudos revelaram assentamentos pré-históricos semelhantes às aldeias atuais, mas com estradas conectando os centros dos povoados (Heckenberger et al., 2008). Essas estruturas são consideradas proto urbanas, caracterizando o "urbanismo galáctico", onde as aldeias pré-coloniais poderiam ser até 100 vezes o tamanho das atuais (Neves, 2022).

Com a chegada dos portugueses, iniciou-se um processo de contato interétnico que resultou na aculturação e miscigenação dos povos indígenas. A colonização implantou núcleos de pequeno porte ao longo dos rios, com atividades rurais e extrativistas, como pecuária, agricultura e exploração de madeira, o que impulsionou o crescimento urbano de cidades como Manaus e Belém. Esse processo deu origem a uma estrutura de classes distorcida, uma consequência que persiste até hoje (Corrêa et al., 1994).

A trajetória de transformações na produção do espaço amazônico que originaram as cidades foi marcada por surtos econômicos de produtos voltados para exportação. Essa prática foi estabelecida desde a colonização portuguesa e intensificada com o projeto desenvolvimentista dos governos militares (Becker, 2013). As ações desses governos tinham como propósito alcançar o desenvolvimento, através de políticas de colonização, de projetos agrominerais e planos urbanísticos (SUDAM, 1973), com a identificação de áreas para serem instaladas atividades econômicas que pudessem potencializar o desenvolvimento utilizando os recursos naturais.

Na verdade, essas ações políticas inviabilizaram as dinâmicas sociais, econômicas e culturais das populações tradicionais, que viviam em assentamentos articulados em uma rede urbana característica da região. As cidades, vilas e localidades organizavam-se segundo um padrão dendrítico, expresso pela rede urbana tradicional que se formava ao longo dos rios (Corrêa, 1987, 2006). Esse padrão, porém, foi alterado com a construção de estradas, que impulsionou a ocupação do interior do continente. A partir dessa mudança, surgiram núcleos

populacionais, tanto espontâneos quanto planejados, ao longo das novas vias, caracterizando um processo de urbanização descentralizada (Ventura Neto et al, 2014).

A política desenvolvimentista do século XX optou pela integração econômica da região e a assumiu como agrária, fornecedora de matéria-prima e de energia, sem reconhecer a existência dos assentamentos humanos tradicionais amazônicos e os modos de vida praticados há tempos e adaptados ao bioma. As intervenções federais realizadas nas décadas de 1960 e 1970 — como a construção de estradas, hidrelétricas, pólos de exploração mineral e assentamentos rurais — promoveram a integração da Amazônia ao mercado nacional, consolidando-a como uma região de fronteira para a acumulação de capital nacional e internacional. Essas ações introduziram uma racionalidade industrial em algumas áreas do território, sobrepondo-se à dinâmica mercantil que existia (Becker, 1999, 2004).

A "modernização" e o "desenvolvimento" chegaram a lugares com modos de vida considerados "atrasados" ou "tradicionais". O modo de vida nativo amazônico, sobrevivendo a partir da pesca, extrativismo vegetal e pequenas plantações de subsistência, onde a vida e dinâmicas são regidas pelo tempo da natureza, foi considerado como "primitivo". Isso porque difere do modo de viver em cidades com sua rotina ditada pelo tempo "rápido", visto principalmente como irradiador de tecnologia, conforto, educação e até mesmo com certa "superioridade" (Cruz, 2008).

Uma nova racionalidade foi introduzida na Amazônia, que assumiu a completa alteração do meio natural e social existente. Uma nova forma de ocupação, locomoção, uso dos recursos naturais e sobrevivência foram inseridos. As práticas das populações locais - como seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas e indígenas - foram questionadas e julgadas como inferiores. A cidade de Marabá é um dos exemplos dessa situação, que teve origem ribeirinha, e por sua localização estratégica sofreu uma expansão polinucleada que incluiu a implantação de uma cidade modernista, e hoje apresenta os mesmos problemas dos principais centros urbanos do Brasil (Oliveira et al, 2023). O modo de vida local e a relação com o rio e com a natureza foram compreendidos como inapropriados para a concepção de cidade moderna disseminada na época. A idealização de uma cidade moderna com costumes civilizados foi difundida por todo o Brasil, a partir da experiência consagrada com a construção de Brasília (Monte-Mór, 2007).

A humanidade não está condenada à vida nas cidades. A pesquisa se respalda no conceito de Urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) e Urbanodiversidade (Trindade Jr., 2010, 2013) para reforçar a existência do urbano tradicional amazônico. Este urbano é desafiante devido às variedades de povos e etnias que o habitam de formas distintas, tornando-se mais complexo na construção de ações políticas que não os unifiquem. As espacialidades das diferentes cosmovisões não podem ser reduzidas a formas ocidentais e metropolitanas de produção do espaço. A produção do espaço tradicional amazônico apresenta características urbanas, atividades que geram sociabilidade, revelam a interdependência entre as comunidades localizadas nas florestas e os centros urbanos

próximos, demonstrou sistemas complexos do cotidiano (rio – mata – roça – quintal (Ribeiro Vicente, Cardoso, 2020; Oliveira, Cardoso, 2021). Todas as pesquisas apresentam evidências de uma matriz espacial tradicional amazônica própria e ajudam a desvendar a rede urbana em meio à floresta.

A pesquisa de Cardoso (2021) apresenta o estudo da “Trama dos Povos da Floresta” que revela a espacialidade da interdependência entre a floresta e as populações que vivem nas localidades, que são classificadas como aglomerados rurais isolados (aldeias, vilas, agrovilas, quilombos etc) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Cada localidade necessita de uma área de manejo com raio aproximado de 5km (Cardoso, 2021), as comunidades e suas respectivas áreas de manejo formam corredores ao longo dos rios – esses corredores estão mais claros nas áreas de floresta mais preservada, que foram menos afetadas pelos grandes projetos federais. Os corredores demonstram o quanto estes aglomerados não são isolados e revelam uma “trama de povos que vivem da floresta”, que não pode ser apreendida pelos estudos de rede urbana brasileira oficial do Estudo de Regiões de Influência de Cidades (REGIC) (IBGE, 2020), dada a menor densidade de fluxos detectada entre cidades na Amazônia do que em outras regiões, indicando o quanto, para a lógica adotada como referência para o país, existe um campo cego em relação às localidades (Cardoso, 2021).

O contexto político e ecológico da Amazônia é complexo, com níveis de desmatamento altos, conflitos por posse de terra e de recursos naturais, e urbanização descontrolada. Todos esses problemas mostram que o Estado brasileiro não sabe e nunca soube como tratar a Amazônia, embora as ações sejam prementes (Neves, 2006). O neocolonialismo amazônico é uma opção preferencial dos governos locais, colocando-os à subordinação de determinações e ações abusivas do governo federal. Os programas federais têm demonstrado incapacidade de compreender, articular e desenvolver as potencialidades da região, a solução encontrada foi engendrar um novo processo de colonização da região, com a violação de direitos de várias ordens (Loureiro, 2019).

A ausência histórica de compreensão sobre o urbano tradicional amazônico, desde a colonização portuguesa até os dias atuais, afeta até mesmo as organizações internacionais. A publicação do Amazon Assessment Report 2021, organizado por um grupo de cientistas, produziu um relatório do painel intergovernamental para contribuir com informações sobre o estado dos diversos ecossistemas da Amazônia, assim como sobre mudanças climáticas e uso da terra na região. Apesar do apelo para conservação da Amazônia, apenas um dos 34 capítulos aborda a discussão espacial e territorial da região, e ainda de maneira superficial. O relatório indica a busca em articular a biodiversidade da floresta com cidades globais, esquecendo dos habitantes e das espacialidades locais da região (Cardoso, 2021).

O desconhecimento do urbano tradicional amazônico está atrelado à ausência de instrumentos capazes de detectar as particularidades dos espaços encontrados fora do padrão euro-americano. Os modelos de cidade inseridos na Amazônia foram baseados em

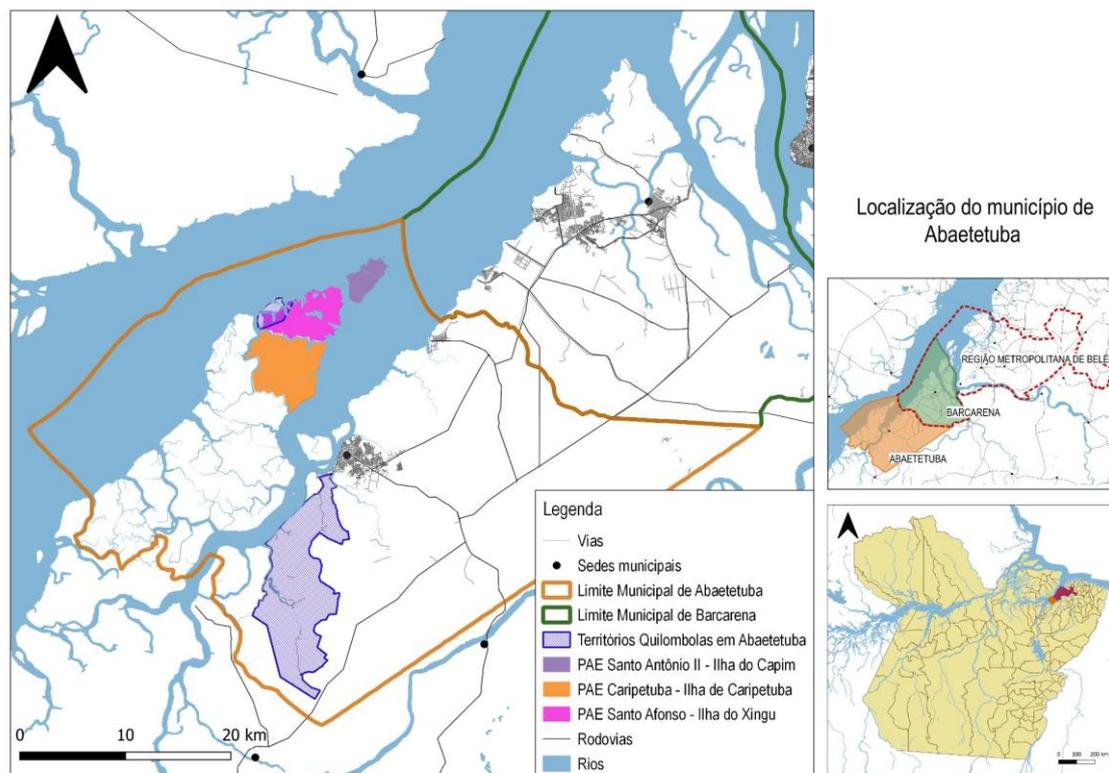
modelos importados, incapazes de compreender a realidade local e que promovam a exclusão social e espacial. As configurações associadas à cidade moderna, nesse contexto atreladas à exploração de recursos naturais e desenvolvimento econômico, têm sido difundidas na região, colocando em disputa o território de várias comunidades tradicionais que resistem em defesa da manutenção dos seus modos de vida, como é o caso das comunidades da região insular do município de Abaetetuba.

O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA E RM DE BELÉM

O município de Abaetetuba está localizado na desembocadura do Rio Capim, na antiga região de integração do Baixo Tocantins no Estado do Pará. A ocupação pelo colonizador português remonta ao ano de 1635, em razão da exploração de especiarias de valor comercial na Europa e, desde a sua origem, se constituiu como território de grupos sociais indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que manejam os recursos do rio e da floresta. Abaetetuba contém uma parte composta de 72 ilhas e a outra continental, conforme a figura 1. Todas as ilhas são projetos de assentamentos agroextrativistas (PAE) demarcados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), além de dois territórios quilombolas; somando aproximadamente 7.500 famílias vivendo o modo de vida ribeirinho, que pressupõe acessibilidade fluvial para a pesca, extrativismo e agricultura (CARDOSO; CARVALHO, 2007, FELIZARDO, 2018). As comunidades estudadas neste artigo estão localizadas na área do projeto de assentamento agroextrativista Santo Antônio II, na ilha do Capim, onde está a comunidade Santo Antônio e no projeto assentamento agroextrativista Santo Afonso, na ilha do Xingu, onde estão as comunidades Santo Afonso, São José, Vilar, Areia, e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Abaetetuba é vizinha de Barcarena e periferia do processo de modernização e exploração do município, e Barcarena foi incluída na região metropolitana de Belém devido à proximidade e mobilidade diária das pessoas. Com o Projeto Grande Carajás, a partir do ano de 1982, as estruturas voltadas para o beneficiamento da bauxita implantadas em Barcarena (plantas industriais, mineroduto, portos, estradas, company town), provocaram fluxos migratórios para Abaetetuba, que sofreu impactos socioeconômicos e espaciais, visto que recebia pessoas que não conseguiam se posicionar em Barcarena, e encontravam condições de moradia mais acessíveis na cidade vizinha.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA



FONTE - ELABORADO PELAS AUTORAS, 2022

A cidade de Barcarena é um dos principais polos industriais do Pará, onde foram instaladas empresas e estruturas logísticas que provocam diversos problemas na região (COUTINHO et al, 2023). Foi a partir das políticas públicas do governo brasileiro que essas atividades se estruturaram em Barcarena, a exemplo do Projeto Grande Carajás, do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia e do Programa de Pólos de Desenvolvimento Agropecuário e de Mineração da Amazônia. Tais iniciativas fizeram parte do plano de integração da Amazônia, que visava a exploração econômica de uma região considerada vazia pelo governo brasileiro (Loureiro, 2022). As políticas envolviam a construção e expansão de rodovias, hidrelétricas, exploração dos recursos naturais por meio da mineração, crescimento da agropecuária e outras obras de infraestrutura.

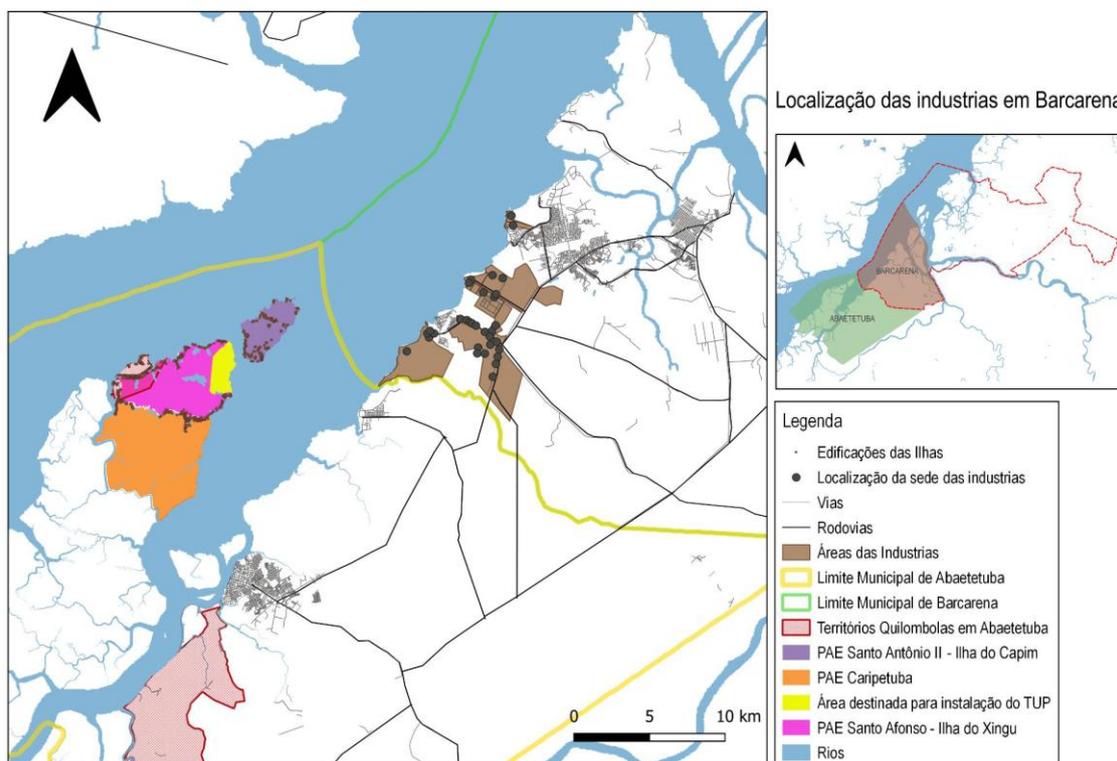
O município recebeu indústrias destinadas à transformação do minério de alumínio (bauxita) em alumina e alumínio primário, por meio da implantação do complexo Albrás/Alunorte, na década de 1980. Além da instalação das empresas Pará Pigmentos e a Rio Capim Caulim (atual IMERYs), responsáveis pela extração, beneficiamento e comercialização do caulim, extraído do Rio Capim, afluente do Rio Guamá. Em 1973, houve a criação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), atuante na geração e transmissão de energia elétrica, para implementar usinas hidrelétricas para atender o desenvolvimento industrial na região amazônica, o que resultou na posterior construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O complexo portuário de Vila do Conde foi estabelecido na cidade em 1985, com o intuito de atender a logística da produção do alumínio. Além disso, foi criada a Vila dos Cabanos, company-town localizada a sete quilômetros da zona industrial de Barcarena, para abrigar os trabalhadores da localidade; chegando a abrigar cerca de 6 mil habitantes em meados dos anos 2000 (IBGE, 2001). Na medida em que avançava a exploração da região, outras empresas eram atraídas para a localidade, como ALUBAR, Votorantim, BURITIRAMA, TECOP, TERFRON e HYDRO, antiga Albrás/ALUNORTE (FIALHO NASCIMENTO e HAZEU, 2015).

O Distrito Industrial de Barcarena possui cerca de 9 mil hectares, nos quais estão instaladas 94 empresas, além do Porto de Vila do Conde, o maior porto do Estado. Na localidade, são feitas a industrialização, o beneficiamento e a exportação de materiais como alumina, alumínio e caulim. Tais indústrias são base da economia do município, que também possui uma importante base tradicional na agricultura. Com crescimento econômico significativo, é o 5º maior PIB do Pará (2024/FAPESPA).

A implantação da área industrial no município de Barcarena (figura 2), situada às margens do rio Pará, não levou em consideração as comunidades tradicionais que já viviam na região; as quais, além de não terem sido consultadas para a implantação do pólo, sofreram e ainda sofrem com os danos socioambientais causados pelas empresas instaladas no município. Apesar do modo de vida nativo já estabelecido na região amazônica, herdado das civilizações do período pré-cabralino e que desmistifica a ideia de natureza intocada (DIEGUES, 2008), houve descaso e transformação da realidade local, posturas supremacistas e preconceituosas em relação à diversidade socioambiental, originada em uma perspectiva de cultura branca e industrial (Faustino, Furtado, 2015). A exploração do minério e a instalação da usina hidrelétrica trouxeram vários impactos sociais e ambientais para a região e causaram transformações no modo de vida dessas comunidades tradicionais, que tiveram alterações na qualidade da água, quantidade de peixes e outros problemas relatados (CARDOSO; CARVALHO, 2007).

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EM BARCARENA



FONTE - ELABORADO PELAS AUTORAS, 2024.

A partir dos anos 2000, alguns desastres causados pelas mineradoras passaram a atingir o meio ambiente e as comunidades da região, como o naufrágio do navio Haydar em outubro de 2015, causando a morte por afogamento de cinco mil bois e o despejo de 700 mil litros de combustível no rio Pará, o que causou a contaminação e interdição de praias em Barcarena e Abaetetuba. Além disso, existe o depósito de rejeitos dos empreendimentos, localizados nas proximidades do rio e já houve diversos desastres por derramamento e vazamento de óleos e outros materiais contaminantes nos rios (MOVIMENTO BARCARENA LIVRE, 2016; Steinbrenner et al, 2020).

Na atualidade, além dos impactos diretos no ambiente e nas comunidades, outra ameaça surge, o agronegócio, que está transformando a região com a criação de um centro hidroviário de distribuição de commodities (grãos, carne e aço) para exportação. O Projeto Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos e estações de transbordo para transporte de commodities, produzidos na região Centro-Oeste rumo à exportação. Como parte do projeto está previsto a construção e instalação de um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP), considerado um estacionamento de balsas cargueiras que ficarão estacionadas para esperar o momento para serem descarregadas no complexo de Vila do Conde (MESQUITA e ALVES, 2020).

O local escolhido para a instalação do TUP está localizado na ilha Xingu, área do projeto de assentamento agroextrativista Santo Afonso. As balsas ficarão estacionadas ao longo do furo da ilha do Capim, onde há um pedral com previsão de ser destruído pelo projeto,

o que impactará na atividade pesqueira e na economia das comunidades ribeirinhas, que dependem dessa atividade para subsistência; além do assoreamento e destruição das margens dos rios, causados pelo movimento das balsas na localidade. O terminal afetará 72 ilhas de Abaetetuba e 24 Projetos Agroextrativistas (PAEs), totalizando 70 mil pessoas que serão impactadas pelo porto, por contaminação dos recursos hídricos e impacto na reprodução dos peixes da região (FERREIRA e NETO, 2023).

Todas as transformações ocorridas no território eram e ainda são desarticuladas das questões socioambientais da Amazônia, e desconsideram os povos que já viviam na região, os quais são os principais atingidos nesses desastres ambientais. O desenvolvimentismo capitalista seguia a dicotomia urbano-rural, inadequada para compreender o contexto amazônico. A imposição de uma nova lógica de ocupação no território negou modos de vida e saberes originários e provocou a degradação da natureza (Gomes et al, 2017), além de transformações ligadas aos ciclos produtivos, que geram grandes impactos nas comunidades originárias, tais como a contaminação da água e do solo, pressão pelo uso da terra, desvalorização dos seus saberes e diversas negligências governamentais que precarizam a vida dessas populações. Ao mesmo tempo em que esses ciclos econômicos aconteciam, as dinâmicas internas mantidas pelos povos das florestas existiam e resistiam. O modo de vida tradicional se manteve e ainda se mantém vivo apesar da intensificação de diversas ameaças.

RESISTÊNCIA NAS COMUNIDADES DA ILHA DO CAPIM E XINGU

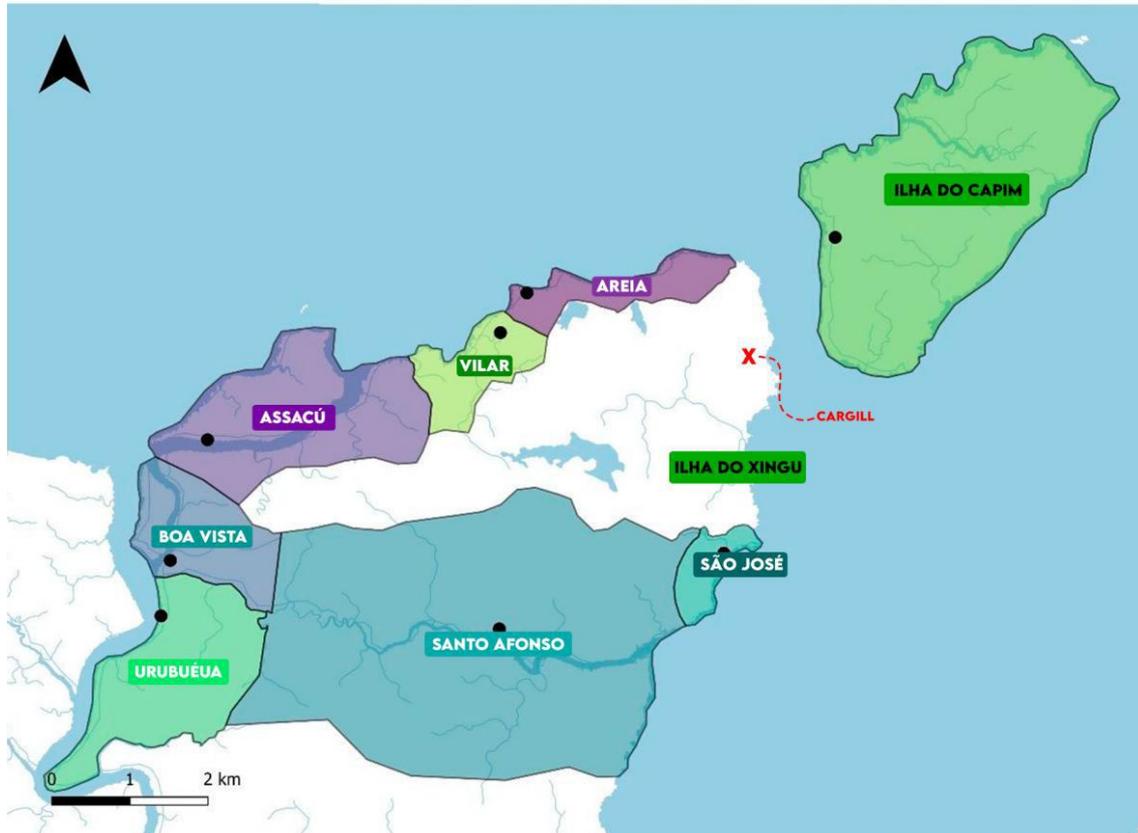
Em Abaetetuba, é possível observar a coexistência das práticas tradicionais – ligadas ao modo de vida dos povos da floresta – com práticas contemporâneas vinculadas ao modo de produção capitalista. Os aglomerados não seguem a lógica capitalista de hierarquia de cidades, mas possuem, em menor escala, um fluxo econômico – de subsistência – e populacional (Cardoso, 2021). É necessário compreender a grande diversidade existente nestas localidades periurbanas, que está vinculada, principalmente, à interdependência secular dos povos com o rio e a floresta.

As microrredes circunscritas ao periurbano de Belém resistem às extrapolações dessa lógica metropolitana, por meio de um tecido urbano extensivo que instrumentaliza a lógica urbano industrial. Como estudo de caso, analisa-se a microrrede de comunidades ribeirinhas e quilombolas das ilhas Xingu e Capim, na região insular de Abaetetuba (PA), as quais sofrem ameaças à manutenção do seu modo de vida e de direitos territoriais. Os estragos ambientais e as ameaças diretas ao uso e conversão do território pelas grandes empresas atingem as comunidades tradicionais, que dependem da natureza para manutenção dos seus modos de vida, provocando a expulsão dessas comunidades para a exploração de territórios.

O mapa da microrregião (figura 3) possibilita a identificação das comunidades estudadas na Ilha do Xingu – Areia, Vilar, Assacú, Boa Vista, Urubuêua, Santo Afonso e São José, que se conectam e interagem de diversas maneiras. Figura destaca os territórios ribeirinho e quilombola ameaçados pela construção do terminal portuário de uso privado

(TUP) já citado. No furo da Ilha do Capim, em Abaeté (ver figura 3), ficará o estacionamento de balsas administrado pelo grupo Cargill.

FIGURA 3 - IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES DAS ILHAS DO XINGU E DO CAPIM SOB AMEAÇA



FONTE - ELABORADO PELAS AUTORAS, 2024.

A partir de registros recolhidos e observados em vivências nas comunidades já mencionadas, foi possível reunir um rico material acerca das espacialidades, do cotidiano e das resistências nas comunidades em Abaetetuba, principalmente da Ilha Xingu. Com a cartografia social, a comunidade compartilhou a descrição e o entendimento do próprio território, da maneira que se organizam, se reconhecem e ocupam aquele espaço (figura 4). Ficou evidente a importância da natureza ao redor da casa, do rio que está sempre em frente, emoldurado pelas janelas, das safras das frutas, da vizinhança, do habitar no tempo da natureza. Os moradores sabem o quão importante é estar, na medida do possível, em equilíbrio com o meio, compreendem o quão perigoso pode ser o “desenvolvimento” que tentam pregar na localidade. Reconhecem as ameaças que se instalam, e questionam se o “desenvolvimento” é bom, visto que mata os peixes, some com os camarões, dá coceira e outros problemas de pele nas crianças, contamina a água e deixa desordenada a safra do açaí, que é tão esperada nas comunidades.

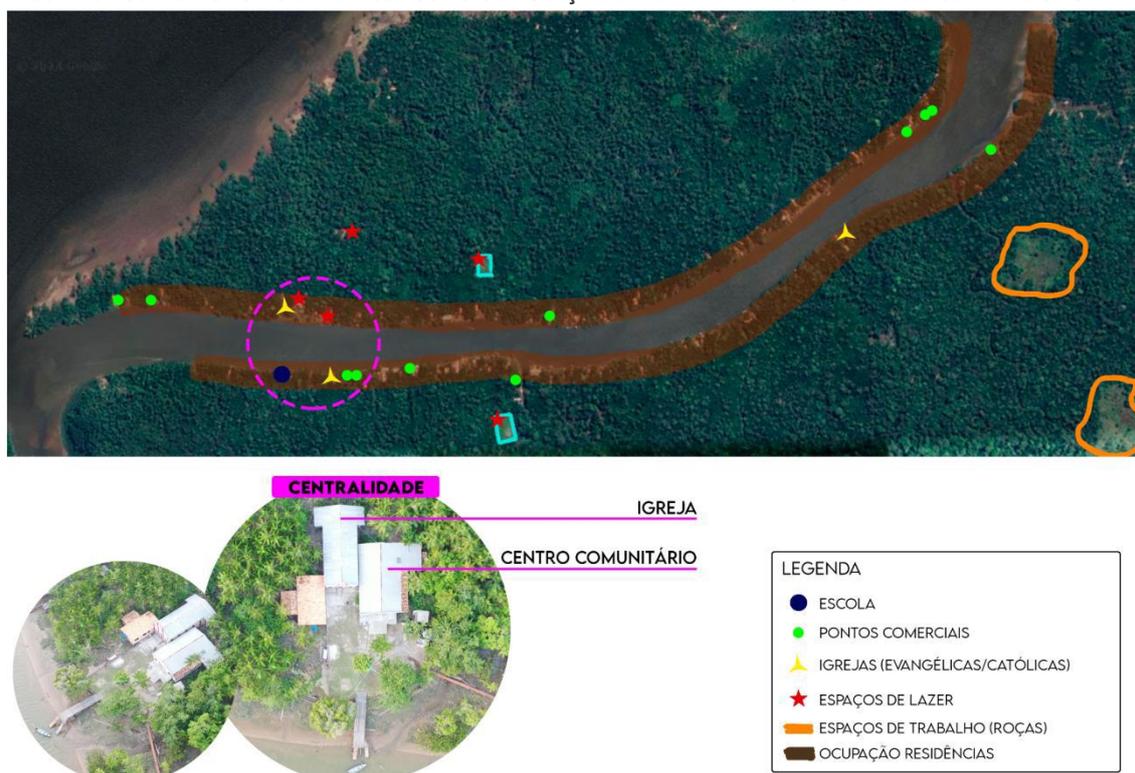
FIGURA 4 - CARTOGRAFIA SOCIAL: MÃOS DESENCOBRINDO O RIO ASSACÚ - ABAETETUBA/PA



FOTO - FERNANDA SANTOS, 2023.

O padrão de ocupação que se destaca nessas localidades é o de distribuição linear nas margens dos rios, no qual as casas e outras construções se organizam nas beiras de rio. A exemplo da distribuição linear na beira do rio Assacú (figura 5). A comunidade possui escola, igrejas, pontos comerciais, espaços de trabalho, de lazer – bares, sedes e campos de futebol -, igrejas, escolas. Sua centralidade abriga uma igreja, o centro comunitário e o barracão. Existe uma rede que se forma nessa escala, a partir da locomoção das pessoas que atravessam o rio de uma beira para a outra, ou para outras comunidades, por motivos de lazer, educação, trabalho, etc. Tais comunidades apresentam uma lógica de apropriação do território que caracteriza um urbano nativo próprio da Amazônia.

FIGURA 5 - COMUNIDADE DO RIO ASSACÚ - DISTRIBUIÇÃO LINEAR NA MARGEM DO RIO E CENTRALIDADE



FONTE - ELABORADO PELAS AUTORAS, 2024.

A permanência das comunidades situadas nas Ilhas do Xingu e do Capim demonstra que, embora não reconhecidas pelas narrativas de urbanização hegemônicas, existem padrões de ocupação nativos como uma espécie de urbanismo adaptado à vida e produção na e a partir da floresta. Nenhum espaço é desarticulado das ações do cotidiano, não fazendo sentido manter dicotomias. Na atualidade, o urbanismo nativo é praticado fora das cidades e se conecta com elas pelos mercados, de modo a ser interpretado como um tipo de espaço periurbano, que precisa ser reconhecido e regulamentado de modo a reduzir impactos socioambientais de atividades econômicas que ainda pressupõem a colonização como única alternativa.

Estas comunidades oferecem elementos valiosos para a proposição de parâmetros urbanísticos e políticas territoriais para tais municípios, com um modelo de cidade fora das normas de exploração de recursos naturais e desenvolvimentismo econômico. O reconhecimento dos padrões nativos de ocupação como um urbanismo que atende a complexidade dos municípios amazônicos oferece contribuições para o enfrentamento da crise climática, para a regeneração da floresta e para a melhoria de condições de vida para todos os seres que se interligam nessas redes de resistência; revelando o outro lado de uma disputa, resistente às extrapolações da lógica metropolitana.

CONCLUSÃO

A concepção de desenvolvimento econômico adotada em Barcarena e na região tem promovido desestruturas diversas - social, ambiental e territorial. Longe de consolidar um progresso sustentável, essas atividades colocam em risco modos de vida tradicionais que há séculos coexistem com o bioma. O caso exposto, destaca que a lógica industrial e capitalista, quando não regulamentada ou fiscalizada de forma adequada, tende a priorizar interesses de curto prazo, desconsiderando os impactos a longo prazo sobre as populações locais.

O território em disputa nas comunidades tradicionais de Abaetetuba, situadas nas ilhas do Xingu e do Capim, ilustra um processo de expulsão desses grupos para a conversão de seus territórios ao grande extrativismo destinado à exportação. A produção do espaço insular é exemplo da resiliência de um urbanismo nativo adaptado ao lugar, no qual a relação estreita com o ecossistema, o uso sustentável dos recursos naturais e a resistência às pressões externas são elementos centrais para a manutenção dos modos de vida. No entanto, a chegada de grandes projetos industriais e o avanço do agronegócio na região geram impactos socioambientais profundos, ameaçando a sobrevivência dessas comunidades.

A rede urbana invisível formada entre cidades e vilas não responde à colonização ou aos projetos desenvolvimentistas modernos, mas refletem uma trama profunda de conexões entre povos e ecossistemas, que se estruturam de maneira distinta das formas urbanas ocidentais. Estes registros pedem reconsideração das abordagens sobre urbanização e desenvolvimento correntes, de modo a garantir que respeitem as particularidades históricas e culturais.

O reconhecimento da existência de um "urbanismo nativo" que é sustentável há milênios, deve ser um pilar central para as soluções urbanísticas e territoriais orientadas para os municípios amazônicos. Somente com a valorização desses saberes tradicionais e a regulamentação de espaços e direitos territoriais adequados será possível garantir a sobrevivência e a dignidade dessas populações. Por outro lado, essas comunidades oferecem elementos valiosos para a proposição de parâmetros urbanísticos e políticas territoriais para os municípios amazônicos e para o enfrentamento da crise climática, se a regeneração da floresta for decisiva para a melhoria das condições climáticas do planeta.

REFERÊNCIAS

AMBIENTARE. **Relatório de Impacto Ambiental para o Terminal de Uso Privado (TUP) de Abaetetuba.** Dezembro, 2018.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Território**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

CARDOSO, A. C. D. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. [S.l.] **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**. Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares. 2021

CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. Planos diretores no Tucupí: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In. **Planos diretores participativos experiências amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987ivado-da-cargill- duranteaudiencia-em- abaetetuba/

CORRÊA, R. L. O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Anuário do Instituto de Geociências na UFRJ**, 17, Rio de Janeiro, 1994, p. 24-29

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: Uma proposição metodológica. In: Corrêa, Roberto Lobato. **Estudo sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

DA SILVA COUTINHO, Elaine Cristina et al. GRANDES PROJETOS MINERO-METALÚRGICOS E SEUS DANOS SOCIOAMBIENTAIS: A HISTÓRIA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE BARCARENA. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 3, p. e1331-e1331, 2023.

DE ABREU MONTEIRO, Maurílio et al. Formação de aglomerações empresariais e limitações à difusão tecnológica: o caso do distrito industrial de Barcarena, Pará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 2, p. 216-231, 2008.

FAUSTINO, C; FURTADO, F. **Economia Verde, povos das florestas e territórios: violações de direitos no estado do Acre**. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA - Brasil. Rio Branco, 2015. Disponível em: https://www.plataformadh.org.br/wpcontent/uploads/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

FELIZARDO, A. O. **As lógicas agroextrativistas e os projetos de desenvolvimento agrícola nas Ilhas do Capim, Caripetuba e Xingu em Abaetetuba-Pará.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica. Universidade Federal do Pará, 2018.

FERREIRA, T; NETO, G, G. **COMUNIDADES PROTESTAM CONTRA IMPLANTAÇÃO DO NOVO PORTO DA CARGILL EM ABAETETUBA (PA).** Site da FASE, 2023.

<https://fase.org.br/pt/noticias/comunidades-protestam-contra-a-implantacao-do-porto> pr

HECKENBERGER, M. J.; RUSSELL, J. C.; FAUSTO, C.; TONEY, J. R.; SCHMIDT, M. J.; PEREIRA, E.; FRANCHETTO, B.; KUIKURO, A. (2008). Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. **Science**, Washington, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, Aug. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.1159769>.

LOUREIRO, V. **Amazônia Colônia do Brasil.** Editora Valer, 2022.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, E. (Org.). **Pensamento crítico latino-americano.** São Paulo: Annablume, 2019. p. 197-224

MACHADO, Brena Regina Lopes; SILVA, Hyngrid Athe Conceição; DE OLIVEIRA LIRA, Jonatha Rodrigo. Migração e desenvolvimento: uma análise do município de Barcarena-PA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 3, 2019.

MANÉ, Infamara et al. Impactos socioambientais relacionados à exploração da bauxita no município de Barcarena, Região Norte do Brasil. **Revista GeoAmazônia**, v. 10, n. 20, p. 01-19, 2022.

MESQUITA, J, R,C. ALVES, L, de F, N. Territorialização do Agronegócio no Estuário Amazônico e Re-Existência Camponesa: Estudo de Caso na Ilha do Capim, Abaetetuba/Pa. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, p. 01-18, jan./dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1807-1384. DOI:<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e70106>

MONTE-MÓR, R... A Urbanização Extensiva e Lógica de Povoamento. SANTOS, Milton et. al. (orgs.) **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 169-181).

NEVES, Eduardo Goes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história da Amazônia Central.** São Paulo: Ubu Editora, 2022

OLIVEIRA, K; CARDOSO, A. C. D. A espacialidade do modo de vida - Análise morfológica de comunidades rurais e tradicionais na região do Baixo Tocantins (PA). **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 24, n. 3, dez. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9747/8101>>. Acesso em: 14 mar.2023. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v24i3.9747>.

OLIVEIRA, K. D. ; CARDOSO, A. C. D. ; LIMA, A. P. C. ; CASTRO, L.. O modelo de cidade moderna: Análise da forma dos planos da Nova Marabá/Pa. **Revista Paisagens Híbridas**, v. 3, nº1, p. 64-91, 2023. ISSN: 25959638. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ph/article/view/57552/31357>

RIBEIRO VICENTE, L.; DUARTE CARDOSO, A. C. TIPOLOGIAS ESPACIAIS DA VÁRZEA AMAZÔNICA: estudo morfológico de assentamentos em Afuá (PA) . **Revista Projetar Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 96–112, 2020. DOI: 10.21680/2448-296X.2020v5n3ID20390. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/20390>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ROOSEVELT, A. C. Prehistory of Amazonia. In: RENFREW, C.; BAHN, P. (ed.). Cambridge World Prehistory Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 1175-1199.

SCHAAN, D. P. **Sacred geographies of ancient Amazonia: historical ecology of social complexity**. London: Routledge, 2011.

Trevisan, Ricardo. Cidades Plantadas na floresta amazônica: Ações Estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, julio diciembre, 2011, pp. 1-18. Universidad Nacional. Heredia, Costa Rica. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820397.pdf>. Acesso em: 02 ago 2022.

TRINDADE JR, S; C). Das “Cidades Na Floresta” Às “Cidades Da Floresta”: Espaço, Ambiente E Urbanodiversidade Na Amazônia Brasileira. **Paper do NAEA 321**, Dezembro de 2013. ISSN15169111

TRINDADE JR, S; C). Diferenciação Territorial E Urbanodiversidade: Elementos Para Pensar Uma Agenda Urbana Em Nível Nacional. **CIDADES**, v. 7, n. 12, 2010.

VENTURA NETO, R. CARDOSO, A. C. FERNANDES, D. GOMES, T). Pesquisas sobre o urbano amazônico: diretrizes disciplinares X tradição interdisciplinar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. 11. 10.21713/2358-2332.2014.v11.523.